



ENERGISA

IRREGULARIDADES NA MIRA DA CPI

A Assembleia Legislativa de Rondônia criou uma CPI para apurar denúncias contra possíveis abusos cometidos pela empresa. Prazo para investigações é de 90 dias prorrogáveis por mais 90

Depois de uma enxurrada de reclamações por parte da população do estado de Rondônia contra a Energisa, deputados estaduais rondonienses criaram, no mês de setembro, uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar possíveis irregularidades nos serviços prestados pela empresa, que é responsável pela distribuição de energia em 52 municípios. A atuação da Assembleia Legislativa ganhou força com as diligências feitas pela Comissão de Infraestrutura do Senado Federal, conjuntamente com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que verificam procedimentos adotados pela empresa e averiguam eventuais irregularidades na troca de medidores do consumo de energia elétrica no estado.

Esse trabalho em conjunto das duas Casas de Leis já renderam recentemente uma grande vitória: a negativa por parte da Aneel de um novo pedido de aumento tarifário por parte da Energisa Rondônia. Durante a sessão que avaliou o pedido de reajuste da empresa, realizada em 15 de outubro, o senador Marcos Rogério da Silva Brito (DEM), presidente da Comissão de Infraestrutura do Senado, lembrou que, “em agosto de 2018, foi realizado o leilão das distribuidoras da Eletrobras, dentre elas a Ceron, para qual a privatização, conforme prévias informações divulgadas pela Aneel e reiteradas pelo Ministério de Minas e Energia, resultaria em redução tarifária”, mas, na prática, isso não ocorreu.

“O procedimento adotado merece críticas, pois o contrato de concessão nº 2

de 2018, assinado entre a Energisa e a Aneel, em outubro daquele ano, contém a subcláusula 1ª pela qual a distribuidora reconheceria a tarifa vigente como suficiente para prestação do serviço, obviamente com regras de reposicionamento tarifário. Todavia, reitero que o resultado do reajuste foi de mais de 17%”, disse, referindo-se ao reajuste aprovado em dezembro de 2018 com efeito médio de 30,44%, depois com deferimento caiu para 25,34% e terminou com redução, ficando em 17,84%.

“O Estado de Rondônia não aceita novo reajuste. É desrespeitoso ao Estado e atenta contra as regras contratuais e regras internas da própria Aneel”, disparou o senador na tribuna da Aneel. A mais recente investida contra a Energisa se deu na Assembleia Legislativa, nesta terça-feira (29), com a aprovação de projeto de lei 231/2019, que vem sendo chamado de “Lei de Laerte Gomes”, que proíbe cortes de energia sem notificação.

Preocupados com o desrespeito por parte da Energisa, com a Resolução nº 414/2010 da Aneel, os deputados aprovaram a matéria que proíbe o corte sem a devida notificação com 15 dias de antecedência ao consumidor. Ela foi votada em dois turnos e recebeu apoio e emendas dos parlamentares. Agora, seguiu para sanção do governador do Estado.

Também está proibido, segundo a “Lei de Laerte Gomes”, o corte em estabelecimentos de saúde, instituições educacionais e de internação coletiva de pessoas e usuário residencial de baixa renda beneficiário de subsídio. Outro ponto é a

proibição de corte em domicílio onde reside a pessoa idosa que cuide de outro idoso portador de deficiência mental, física ou acamada.

CPI

Os fatos motivadores para a criação da CPI foram a supressão e troca de medidores de energia, sem a devida comunicação ou autorização dos consumidores; cortes de energia nos finais de semana e feriados, sem a devida comunicação prévia; e possível adulteração nos medidores retirados e devolvidos, em razão do grande número de reclamações, com o aumento injustificável nas contas.

O relator da CPI, Jair Montes (PTC), afirmou que todo consumidor que se sentir prejudicado pode recorrer à Justiça, porque já está comprovado que um simples relatório emitido pelo Instituto de Pesos e Medidas (Ipem) de Rondônia não é documento aceitável para a empresa alegar que houve fraude e aplicar multas ou cobrar valores retroativos. Vale ressaltar que o Ipem está também na mira da CPI porque não tomou qualquer atitude quanto aos medidores fraudados, cobrando até 40% a mais para o consumidor. Até o Procon também está sendo confrontado, já que recebeu 3 mil reclamações e não aplicou sanções à Energisa.

Agora, a CPI realizará audiências em algumas cidades. A Comissão Parlamentar de Inquérito quer entre os dias 9 e 13 de dezembro elaborar o relatório final dos trabalhos e, entre os dias 16 e 20 de dezembro apresentar, discutir e votar o relatório final.